



corretor de seguros

Accive Insurance - Corretor de Seguros, SA.

BALANÇO (INDIVIDUAL) EM 31 de Dezembro de 2012

EUROS

RUBRICAS	NOTAS	DATAS		
		2012	2011 - Reexpresso	2011 - Publicado
ACTIVO				
ACTIVO NÃO CORRENTE				
Activos fixos tangíveis	5.1	1.000,04 €	3.595,29 €	3.595,29 €
Propriedades de investimento		0,00 €	0,00 €	0,00 €
Goodwill		0,00 €	0,00 €	0,00 €
Activos intangíveis		0,00 €	0,00 €	0,00 €
Activos biológicos		0,00 €	0,00 €	0,00 €
Participações financeiras - método equivalência patrimonial	6	0,00 €	34.098,86 €	34.098,86 €
Participações financeiras - outros métodos		0,00 €	0,00 €	0,00 €
Clientes		0,00 €	0,00 €	0,00 €
Estado e outros entes públicos		0,00 €	0,00 €	0,00 €
Accionistas / sócios		0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outras contas a receber		30.625,42 €	48.125,05 €	48.125,05 €
Outros activos financeiros		0,00 €	0,00 €	0,00 €
Activos por impostos diferidos		0,00 €	0,00 €	0,00 €
		31.625,46 €	85.819,20 €	85.819,20 €
ACTIVO CORRENTE				
Inventários		0,00 €	0,00 €	0,00 €
Activos biológicos		0,00 €	0,00 €	0,00 €
Clientes	7	6.365,61 €	1.747,17 €	1.747,17 €
Adiantamentos a fornecedores		0,00 €	0,00 €	0,00 €
Estado e outros entes públicos	8	6.372,59 €	6.589,82 €	6.589,82 €
Accionistas / sócios	9	354.846,43 €	369.790,05 €	369.790,05 €
Outras contas a receber	10	311.748,51 €	241.094,21 €	235.746,05 €
Diferimentos	11	497,22 €	318,20 €	318,20 €
Activos financeiros detidos para negociação		0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outros activos financeiros		0,00 €	0,00 €	0,00 €
Activos não correntes detidos para venda		0,00 €	0,00 €	0,00 €
Caixa e depósitos bancários	3, 12	13.552,74 €	1.792,04 €	1.792,04 €
		693.383,10 €	621.331,49 €	615.983,33 €
TOTAL DO ACTIVO		725.008,56 €	707.150,69 €	701.802,53 €

O Conselho de Administração

António Manuel Godinho Ribeiro

Vasco Alexandre P. de Magalhães Costa

Ricardo Miguel da Costa Almeida

T.O.C

Maria Manuela Barbosa Ribeiro



corretor de seguros

Accive Insurance - Corretor de Seguros, SA.

BALANÇO (INDIVIDUAL) EM 31 de Dezembro de 2012

EUROS

RUBRICAS	NOTAS	DATAS		
		2012	2011 - Reexpresso	2011 - Publicado
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO				
CAPITAL PRÓPRIO				
Capital Realizado	13	51.000,00 €	51.000,00 €	51.000,00 €
Acções (quotas) próprias		0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outros instrumentos de capital próprio	14	300.000,00 €	300.000,00 €	300.000,00 €
Prémios de emissão		0,00 €	0,00 €	0,00 €
Reservas legais	15	25,09 €	25,09 €	25,09 €
Outras reservas		0,00 €	0,00 €	0,00 €
Resultados transitados	16	-112.873,50 €	-359.617,42 €	-331.711,32 €
Ajustamentos em activos financeiros		-45.372,33 €	16.267,15 €	16.267,15 €
Excedentes de revalorização		0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outras variações no capital próprio		0,00 €	0,00 €	0,00 €
Resultado Líquido do Período		-161.520,12 €	-189.930,74 €	-162.330,74 €
Dividendos antecipados		0,00 €	0,00 €	0,00 €
Interesses minoritários		0,00 €	0,00 €	0,00 €
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO		31.259,14 €	-182.255,92 €	-126.749,82 €
PASSIVO				
PASSIVO NÃO CORRENTE				
Provisões	6	23.225,00 €	0,00 €	0,00 €
Fornecedores		0,00 €	0,00 €	0,00 €
Financiamentos obtidos	17	119.875,30 €	219.342,56 €	219.342,56 €
Responsabilidades por benefícios pós-emprego		0,00 €	0,00 €	0
Passivos por impostos diferidos		0,00 €	0,00 €	0,00 €
Estado e outros entes públicos		0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outras contas a pagar		0,00 €	0,00 €	0,00 €
		143.100,30 €	219.342,56 €	219.342,56 €
PASSIVO CORRENTE				
Fornecedores	19	900,45 €	0,00 €	0,00 €
Adiantamentos de Clientes		0,00 €	0,00 €	0,00 €
Estado e outros entes públicos	8	13.967,18 €	6.149,38 €	6.149,38 €
Accionistas / sócios	9	30.000,00 €	187.000,00 €	187.000,00 €
Financiamentos obtidos	4.1, 16	198.293,19 €	241.725,95 €	241.725,95 €
Outras contas a pagar	18	307.386,88 €	235.188,72 €	174.334,46 €
Diferimentos		101,41 €	0,00 €	0,00 €
Passivos financeiros detidos para negociação		0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outros passivos financeiros		0,00 €	0,00 €	0,00 €
Passivos não correntes detidos para venda		0,00 €	0,00 €	0,00 €
		550.649,11 €	670.064,05 €	609.209,79 €
TOTAL DO PASSIVO		693.749,41 €	889.406,61 €	828.552,35 €
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO + PASSIVO		725.008,56 €	707.150,69 €	701.802,53 €
		0,00 €	0,00 €	

O Conselho de Administração

António Manuel Godinho Ribeiro

Vasco Alexandre P. de Magalhães Costa

Ricardo Miguel da Costa Almeida

T.O.C

Maria Manuela Barbosa Ribeiro



corretor de seguros

Accive Insurance - Corretor de Seguros, SA.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO FINDO EM 31 de Dezembro de 2012

EUROS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	DATAS		
		2012	2011 - Reexpresso	2011 - Publicado
Vendas e serviços prestados	20	678.649,72 €	543.157,81 €	559.857,81 €
Subsídios à exploração		0,00 €	0,00 €	0,00 €
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas em empreendimentos conjuntos	6	-57.323,99 €	-61.639,48 €	-61.639,48 €
Variação nos inventários da produção		0,00 €	0,00 €	0,00 €
Trabalhos para a própria entidade		0,00 €	0,00 €	0,00 €
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		0,00 €	0,00 €	0,00 €
Fornecimentos e serviços externos	21	-563.733,26 €	-387.526,03 €	-376.626,03 €
Gastos com o pessoal	22	-162.098,59 €	-207.764,79 €	-207.764,79 €
Imparidade de inventários (perdas / reversões)		0,00 €	0,00 €	0,00 €
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)		0,00 €	0,00 €	0,00 €
Provisões (aumentos / reduções)		0,00 €	0,00 €	0,00 €
Imparidade de investimentos não depreciables / amortizáveis (perdas / reversões)		0,00 €	0,00 €	0,00 €
Aumentos / reduções de justo valor		0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outros rendimentos e ganhos	23	231,92 €	129,17 €	129,17 €
Outros gastos e perdas	23	-31.343,31 €	-55.858,72 €	-55.858,72 €
Resultado antes de depreciação, gastos de financiamento e impostos		-135.617,51 €	-169.502,04 €	-141.902,04 €
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	5.2	-2.595,29 €	-2.950,38 €	-2.950,38 €
Imparidade de investimentos depreciables / amortizáveis (perdas / reversões)		0,00 €	0,00 €	0,00 €
Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-138.212,80 €	-172.452,42 €	-144.852,42 €
Juros e rendimentos similares obtidos	24	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Juros e gastos similares suportados	24	-15.608,46 €	-16.072,98 €	-16.072,98 €
Resultado antes de impostos	8	-153.821,26 €	-188.525,40 €	-160.925,40 €
Impostos sobre o rendimento do período	8	-7.698,86 €	-1.405,34 €	-1.405,34 €
Resultado líquido do período		-161.520,12 €	-189.930,74 €	-162.330,74 €
Resultado actividades descontinuadas (líquido de impostos) incluído no res. líq. período				
Resultado por acção básico				

O Conselho de Administração

António Manuel Godinho Ribeiro

T.O.C

Maria Manuela Barbosa Ribeiro

Vasco Alexandre P. de Magalhães Costa

Ricardo Miguel da Costa Almeida

Rua António Nicolau de Almeida n.º 45

2º andar – Escritório 2.11

4100-320 Porto

www.accive.pt

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

EUROS

DESCRIÇÃO	NOTAS	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe							Total do Capital Próprio
		Capital Realizado	Outros instrumentos de capital próprio	Reservas legais	Resultados Transitados	Ajustamentos em activos financeiros	Resultado líquido do período	Total	
POSIÇÃO em 1 de Janeiro de 2011 - Reexpressa		51.000,00	300.000,00	25,09	-361.679,81	16.267,15	2.062,39	7.674,82	7.674,82
ALTERAÇÕES NO PERÍODO									
Outras alterações reconhecidas no capital próprio					2.062,39		-2.062,39	0,00	0,00
		51.000,00	300.000,00	25,09	-359.617,42	16.267,15	0,00	7.674,82	7.674,82
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO - Reexpresso							-189.930,74	-189.930,74	-189.930,74
RESULTADO INTEGRAL							-189.930,74	-189.930,74	-189.930,74
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
POSIÇÃO em 31 de Dezembro de 2011 - Reexpressa		51.000,00	300.000,00	25,09	-359.617,42	16.267,15	-189.930,74	-182.255,92	-182.255,92

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

EUROS

DESCRIÇÃO	NOTAS	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe							Total do Capital Próprio
		Capital Realizado	Outros instrumentos de capital próprio	Reservas legais	Resultados Transitados	Ajustamentos em activos financeiros	Resultado líquido do período	Total	
POSIÇÃO em 1 de Janeiro de 2012 - reexpressa		51.000,00	300.000,00	25,09	-359.617,42	16.267,15	-189.930,74	-182.255,92	-182.255,92
ALTERAÇÕES NO PERÍODO									
Outras alterações reconhecidas no capital próprio					-128.291,26	-61.639,48	189.930,74	0,00	0,00
		51.000,00	300.000,00	25,09	-487.908,68	-45.372,33	0,00	-182.255,92	-182.255,92
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO							-161.520,12	-161.520,12	-161.520,12
RESULTADO INTEGRAL							-161.520,12	-161.520,12	-161.520,12
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO									
Entradas para cobertura de perdas					375.035,18				
		0,00	0,00	0,00	375.035,18	0,00		375.035,18	375.035,18
POSIÇÃO em 31 de Dezembro de 2012		51.000,00	300.000,00	25,09	-112.873,50	-45.372,33	-161.520,12	31.259,14	31.259,14

O Conselho de Administração

António Manuel Godinho Ribeiro

Vasco Alexandre P. de Magalhães Costa

Ricardo Miguel da Costa Almeida

T.O.C

Maria Manuela Barbosa Ribeiro

Demonstração Individual dos Fluxos de Caixa Período findo em 31 de Dezembro de 2012

(valores em Euros)

	2012	2011
Actividades Operacionais		
Recebimentos de Clientes	693.381,06	526.939,48
Pagamentos a Fornecedores	489.573,65	415.679,17
Pagamentos a pessoal	164.571,84	195.487,97
Fluxo gerado pelas operações	39.235,57	-84.227,66
Pagamento/Recebimento de imposto sobre rendimento	2.152,00	5.857,49
Outros recebimentos/pagamentos relativos a actividades operacionais	6.292,54	-15.139,38
Fluxo das actividades operacionais	43.376,11	-105.224,53
Actividades de Investimento		
Recebimentos provenientes de:		
Outros Activos	5.833,32	668.061,36
	5.833,32	668.061,36
Pagamentos respeitantes de:		
Activos Fixos Tangíveis	0,00	0,00
Outros Activos	104.291,93	435.415,06
	104.291,93	435.415,06
Fluxo das actividades de Investimento	-98.458,61	232.646,30
Actividades de financiamento		
Recebimentos provenientes de:		
Empréstimos obtidos	18.204,54	49.443,97
Outras operações de financiamento	218.035,18	187.000,00
	236.239,72	236.443,97
Pagamentos respeitantes de:		
Empréstimos obtidos	157.504,56	351.124,67
Juros e custos similares	11.891,96	16.483,60
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio	0,00	0,00
Outras operações de financiamento	0,00	0,00
		367.608,27
Fluxo das actividades de Financiamento	66.843,20	-131.164,30
Variação de caixa e seus equivalentes	11.760,70	-3.742,53
Efeitos das diferenças de câmbio		
Caixa e seus equivalentes no início do período	1.792,04	5.534,57
Caixa e seus equivalentes no fim do período	13.552,74	1.792,04

O Conselho de Administração

António Manuel Godinho Ribeiro

Vasco Alexandre P. de Magalhães Costa

Ricardo Miguel de Costa Almeida

T.O.C

Maria Manuela Barbosa Ribeiro

RELATÓRIO DE GESTÃO Exercício de 2012

Em cumprimento do Art.º 66º do Código das Sociedades Comerciais, a firma Accive Insurance - Corretor de Seguros, SA., com o número de pessoa colectiva 506653285, com sede social na Rua António Nicolau de Almeida, 45, 2º, Sala 2.10, Porto, vem por este meio apresentar o Relatório e Contas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2012.

1. Actividade da Empresa em 2012

A sociedade Accive Insurance – Corretor de Seguros, SA., tem como objecto a mediação de seguros em todos os sectores de actividade, dispondo de uma rede de 60 agentes franchisados, representando um crescimento de 17,6% relativamente ao ano anterior.

A sociedade obteve no final de 2006 o Certificado de Mediador de Seguros requerido ao ISP (Instituto de Seguros de Portugal), para o desempenho da sua actividade de mediação de seguros, iniciando em 2007 o registo contabilístico das comissões de seguros (proveitos).

2. Investimento

Durante o exercício não se verificaram quaisquer investimentos.

3. Recursos humanos

Durante o exercício de 2012 a sociedade dispunha de 7 funcionários a tempo inteiro, 1 estagiário a partir de Dezembro e 3 administradores, dos quais 2 remunerados, sendo que a partir de Julho 2012 passou a ser apenas 1 remunerado.

4. Análise Económica e Financeira

O Volume de Negócios da empresa, expresso em termos de valor conjunto das Vendas e Prestação de Serviços, obteve um crescimento de 24,95% no exercício, passando de 543.157,81 Euros para 678.649,72 €.

Relativamente aos custos, regista-se um crescimento dos Fornecimentos e Serviços Externos de 387.526,03 Euros para 563.733,26 Euros, resultado do crescimento em 176.308,86 das comissões cedidas aos parceiros. Assim, os restantes custos de F.S.E. mantiveram-se estáveis. Nos Gastos com Pessoal, existiu uma diminuição de 207.764,79 Euros para 162.098,59 Euros, fruto de um dos Administradores da sociedade deixar de ser remunerado a partir de Julho.

O Resultado Líquido após Impostos do exercício de 2012 foi negativo de 161.520,12 Euros e o Resultado Operacional no mesmo exercício foi negativo de 138.212,80 Euros. O Passivo da empresa situou-se, no respetivo exercício, em 95,69% % do total do Activo.

Durante o ano de 2012, foi efetuada a conciliação dos saldos das contas-correntes entre o sistema de gestão (GIS) e a Contabilidade. Em virtude dessa conciliação foram apurados erros relativos ao exercício de 2011 no valor de 7.780 euros e relativos a exercícios anteriores a 2011 no valor de 27.906,10. Euros. Adicionalmente foram detectados erros de estimativas de rendas de instalações no valor de 3.120 euros e de excesso de estimativa de comissões extra no valor de 16.700 euros. O impacto negativo da reexpressão no resultado de 2011 foi de 27.600 euros e em Resultados Transitados foi de 27.906,10 euros, tendo um efeito total negativo nos Capitais Próprios de 55.506,10 euros.

Dando cumprimento ao estipulado no artº 35 do Código das Sociedades Comerciais, foi efetuada a conversão de suprimentos do único acionista da Sociedade no valor de 375.035,18 Euros para cobertura dos resultados transitados de forma a tornar os Capitais Próprios da Sociedade positivos, no valor de 31.259,15 Euros.

Perspectivas de Futuro para a Empresa

A Accive Insurance tem como objectivos alargar a sua implementação a nível nacional, crescendo a sua rede de agentes e desenvolvendo a unidade de negócio próprio directo dirigido ao segmento corporate. Esta estrutura permitirá chegar a todos os mercados alvo, ou seja, a rede de agentes ficará vocacionada para os clientes particulares, micro, pequenas empresas, e a unidade própria corporate estará vocacionada para satisfazer as necessidades das médias e grandes empresas.

Esta estratégia foi implementada no decorrer do ano de 2012, sendo que a Sociedade obteve um crescimento de 50% da carteira e de cerca de 40% de prémios cobrados na unidade própria. A nível global a carteira total cresceu mais de 30%. No futuro esperamos um novo crescimento do número de clientes e dos volumes de carteira da unidade própria e da rede de agentes, alguns realizados através da incorporação das suas próprias carteiras.

Este crescimento permitirá reforçar as parcerias estratégicas com as seguradoras, criando condições mais competitivas para toda a rede.

A Accive aposta numa imagem forte e numa qualidade de prestação de serviço local adequada aos alvos de mercado, suportada pela capacidade e eficiência de serviço centralizado no Corretor. A padronização da nossa imagem e forma de actuar esclarecida, eficaz e rápida, transmite a confiança necessária para um mercado carente e desconfiado.

5. Proposta de Aplicação de Resultados

É proposto pela administração da Empresa que o Resultado Líquido do exercício de 2012, que se situou em (161.520,12 Euros), tenha a seguinte proposta de distribuição:

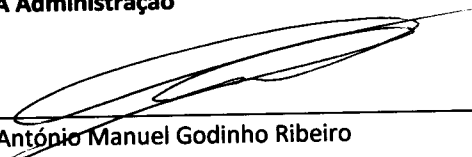
- Resultados Transitados: (104.196,13 Euros)
- Ajustamentos em activos financeiros: (57.323,99 Euros)

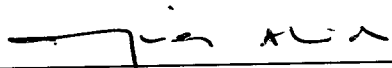
6. Factos relevantes ocorridos após o termo do exercício

Não ocorreram acontecimentos subsequentes que impliquem ajustamentos e, ou, divulgação nas contas do exercício.

Porto, 8 de Março do ano de 2013

A Administração


António Manuel Godinho Ribeiro


Ricardo Miguel da Costa Almeida


Vasco Alexandre Pinheiro Magalhães Costa

**ANEXO AO RELATÓRIO DE GESTÃO
REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2012**

1. Art.º 447º, n.º 5, do Código das Sociedades Comerciais

Os membros dos órgãos de administração e fiscalização da sociedade não detêm qualquer participação na sociedade:


2. Art.º 448º do Código das Sociedades Comerciais

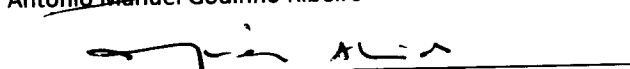
Accionistas que em Dezembro de 2012 eram titulares do capital da Accive Insurance – Corretor de Seguros, S.A.:

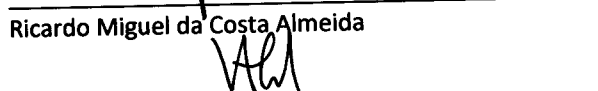
	Percentagem	Quantidade
Sartorial – Sociedade Financeira de Corretagem, SA	100%	10.200 Acções

Porto, 8 de Março do ano de 2013

A Administração


António Manuel Godinho Ribeiro


Ricardo Miguel da Costa Almeida


Vasco Alexandre Pinheiro Magalhães Costa

Handwritten signature and initials

ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS Exercício de 2012

Unidade monetária: euros

A Accive Insurance – Corretor de Seguros, SA., é uma sociedade anónima com sede Rua António Nicolau de Almeida, nº 45, 2º andar, sala 2.10, 4100-320 Porto e tem por objecto principal a mediação de seguros e consultoria financeira e de crédito.

A sociedade integrava a Sartorial, SA., com sede na Rua do Passeio Alegre, nº 576, 4150-573 Porto.

1. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

1.1. Base de Preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da empresa, mantidos de acordo com as disposições do SNC emitidas e em vigor à data de Janeiro de 2011. Para o efeito foi considerado como data de transição do normativo POC o dia 1 de Janeiro de 2009.

As políticas contabilísticas adoptadas a 31 de Dezembro de 2012 são idênticas às adoptadas na preparação das demonstrações financeiras de 31 de Dezembro de 2011.

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com o SNC requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contabilísticas a adoptar pela Empresa, com impacto significativo no valor contabilístico dos activos e passivos, assim como nos rendimentos e gastos do período de reporte.

Apesar de estas estimativas serem baseadas na melhor experiência do Conselho de Administração e nas suas melhores expectativas em relação aos eventos e acções correntes e futuras, os resultados actuais e futuros podem diferir destas estimativas. As áreas que envolvem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou áreas em que pressupostos e estimativas sejam significativos para as demonstrações financeiras são apresentadas nas notas 1.5 a 1.7.

1.2. Derrogação das disposições do SNC

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas Demonstrações Financeiras, quaisquer casos excepcionais que implicassem directamente a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

1.3. Comparabilidade das demonstrações financeiras

Os elementos constantes nas presentes Demonstrações Financeiras são, na sua totalidade, comparáveis com os do exercício anterior.

1.4. Juízos de valor

- Justo valor de activos e passivos financeiros

O justo valor dos instrumentos financeiros comercializados nos mercados activos é determinado com base nos preços do mercado de cotação à data de balanço.

O preço do mercado usado para os activos financeiros da empresa é o preço recebido pelos accionistas no mercado corrente. O preço do mercado para os passivos financeiros é o preço a pagar no mercado corrente.

O valor nominal dos activos a receber de clientes e terceiros em geral, ajustado pelas respectivas perdas por imparidade, bem como o valor nominal dos passivos de fornecedores e terceiros em geral é assumido como estando próximo do seu justo valor.

O justo valor dos passivos financeiros é estimado actualizando os fluxos de caixa futuros contratualizados à taxa de juro do mercado corrente que está disponível para instrumentos financeiros similares.

1.5. Principais pressupostos relativos ao futuro

-Estimativas e pressupostos críticos

As estimativas e julgamentos são continuamente avaliadas e baseiam-se na experiência histórica e em outros factores, incluindo expectativas sobre eventos futuros que se acredita serem razoáveis nas circunstâncias em causa.

No decurso dos registos contabilísticos necessários à determinação do valor do património e do rédito, a empresa faz uso de estimativas e pressupostos relativos a eventos cujos efeitos só serão plenamente conhecidos em exercícios futuros. Na sua maioria tem-se verificado que os valores registados foram confirmados no futuro. Todas as variações que, eventualmente, surjam serão registadas nos exercícios em que se determinem os seus efeitos definitivos.

A empresa reconhece passivos para liquidações adicionais de impostos que possam ser provenientes de revisões efectuadas pelas autoridades fiscais. Quando o resultado final das inspecções fiscais é diferente dos valores inicialmente registados, as diferenças terão impacto no imposto sobre o rendimento e nos impostos diferidos, no período em que tais diferenças são identificadas.

1.6. Principais fontes de incerteza das estimativas

A actividade da empresa está exposta a uma variedade de riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco taxa de juro), risco de crédito, risco de liquidez e risco de capital.

A empresa detém um programa de gestão do risco que foca a sua análise nos mercados financeiros procurando minimizar os potenciais efeitos adversos desses riscos na performance financeira da empresa.

A gestão do risco é conduzida pelo departamento financeiro, com base nas políticas aprovadas pela Administração. A tesouraria identifica, avalia e realiza coberturas de riscos financeiros em estrita cooperação com as unidades operacionais do Grupo. A Administração providencia princípios para a gestão do risco como um todo e políticas que cobrem áreas específicas, como o risco cambial, o risco de taxa de juro, o risco de crédito e o investimento do excesso de liquidez.

Risco Taxa de Juro

A Administração da Empresa Accive Insurance – Corretor de Seguros, SA., não tem considerado nos últimos exercícios a hipótese de cobertura de risco relativamente a variação da taxa de juro. Em consequência, toda a dívida remunerada vence juros a taxa variável. Empréstimos emitidos com taxas variáveis expõem a empresa ao risco de fluxos de caixa associado à taxa de juro. O risco taxa de juro resulta apenas de contratos de leasing.

Como a empresa não tem activos remunerados com juros significativos, o lucro e os fluxos de caixa da actividade de financiamento são substancialmente independentes das alterações da taxa de juro de mercado.

Handwritten signature and initials.

Risco de crédito

O risco de crédito resulta, no essencial, dos saldos a receber resultantes de alienações de participações financeiras. O risco de crédito é avaliado pela Direcção Financeira da empresa, tendo em conta o histórico de relação comercial, a sua situação financeira, bem como outras informações que possam ser obtidas através da rede de negócios da Empresa. Os limites de crédito estabelecidos são regularmente analisados e revistos, se necessário. O risco de crédito é reduzido.

Risco de Liquidez

A cobertura do risco de liquidez, definida como a capacidade para responder a responsabilidades assumidas, é feita, no essencial, pela existência ao nível central, de um conjunto de linhas de crédito imediatamente disponíveis. Estas facilidades asseguram à Empresa uma capacidade de liquidar posições num prazo bastante curto, permitindo a necessária flexibilidade na condução dos seus negócios.

A gestão do risco de liquidez implica a manutenção de um valor suficiente em caixa e depósitos bancários, a viabilidade da consolidação da dívida flutuante através de um montante adequado de facilidades de crédito e a capacidade de liquidar posições de mercado. A gestão das necessidades de tesouraria é feita com base no planeamento anual que é revisto trimestralmente e ajustado diariamente. Relacionada com a dinâmica dos negócios subjacentes, a Tesouraria do Grupo pretende manter a flexibilidade da dívida flutuante, mantendo as linhas de crédito disponíveis.

Risco de capital

O objectivo primordial da Administração é assegurar a continuidade das operações, proporcionando uma adequada remuneração aos accionistas e os correspondentes benefícios aos restantes stakeholders da empresa. Para a prossecução deste objectivo é fundamental uma gestão cuidadosa dos capitais empregues no negócio, procurando assegurar uma estrutura óptima dos mesmos, conseguindo desse modo a necessária redução do seu custo. No sentido de manter ou ajustar a estrutura de capitais considerada adequada, a Administração pode propor à Assembleia Geral dos accionistas as medidas consideradas necessárias e que podem passar por ajustar o pay-out relativo aos dividendos a distribuir, transaccionar acções próprias, aumentar o capital social por emissão de acções e venda de activos entre outras medidas.

A sociedade procura manter um nível de capitais próprios adequado às características do principal negócio (vendas a dinheiro e crédito de fornecedores) e a assegurar a continuidade e expansão. O equilíbrio da estrutura de capital é monitorizado com base no rácio de alavancagem financeira (definido como: dívida remunerada líquida / (dívida remunerada líquida+capital próprio)) com o objectivo de o situar num intervalo confortável.

2. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas de contabilidade aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo indicação contrária.

2.1. Investimentos

Subsidiárias

São consideradas como subsidiárias as empresas nas quais a Accive Insurance – Corretor de Seguros, SA., detenha directa ou indirectamente mais de 50% dos direitos de voto, ou detenha o poder de controlar a respectiva gestão, nomeadamente nas decisões da área financeira e operacional. Os investimentos em subsidiárias são mensurados pelo método de equivalência patrimonial.

Associadas

São consideradas como empresas associadas as empresas onde a Accive Insurance – Corretor de Seguros, SA., tem uma influência significativa mas não o controlo da gestão. Em termos jurídicos esta influência acontece normalmente nas empresas em que a participação se situa entre os 20% e os 50% dos direitos de voto. Os investimentos em associadas são mensurados pelo método de equivalência patrimonial.

Handwritten signature and initials.

A parte da empresa nos ganhos ou perdas pós-aquisição das empresas associadas é reconhecida na Demonstração dos Resultados e a parte dos movimentos em Reservas pós-aquisição são reconhecidos em Reservas. Os movimentos acumulados pós-aquisição são ajustados contra o valor escriturado do Investimento na Associada. Quando a parte da empresa nas perdas da Associada iguala ou excede o seu interesse de médio e longo prazo, a empresa não reconhece perdas adicionais, a não ser que tenha incorrido em obrigações ou efectuado pagamentos por conta da associada.

Caso existam restrições severas e duradouras que prejudiquem significativamente a capacidade de transferência de fundos para a empresa detentora ou, as partes de capital sejam adquiridas e detidas exclusivamente com a finalidade de venda num futuro próximo é utilizado o método do custo.

2.2. Activos Fixos Tangíveis

Os activos tangíveis encontram-se valorizados ao custo deduzido das depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade. Os bens do activo fixo tangível são originalmente registados ao custo histórico de aquisição acrescido das despesas imputáveis à compra ou produção.

As despesas correntes com a manutenção e reparação são registadas como custo no exercício em que ocorrem. As beneficiações que aumentem o período de vida útil estimado, ou dos quais se espera um aumento material nos benefícios futuros decorrentes da sua efectivação, são capitalizados.

Os activos fixos tangíveis são apresentados ao custo de aquisição, líquido das respectivas amortizações e perdas de imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas segundo o método das quotas constantes, de acordo com os seguintes períodos, que reflectem satisfatoriamente a respectiva vida útil esperada:

Equipamento Transporte

Equipamento Administrativo

A depreciação inicia-se no mês em que o respectivo bem entrou em funcionamento, de acordo com as taxas máximas definidas no Decreto Regulamentar nº 25/09. Os valores residuais, as vidas úteis esperadas e os métodos de amortização são revistas periodicamente e ajustadas, se apropriado, à data do balanço.

Sempre que existam indícios de perda de valor dos activos fixos tangíveis, são efectuados testes de imparidade, de forma a estimar o valor recuperável do activo, e quando necessário registar uma perda por imparidade. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o preço de venda líquido e o valor de uso do activo, sendo este último calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados, decorrentes do uso continuado e da alienação do activo no fim da sua vida útil.

As vidas úteis dos activos são revistas em cada de relato financeiro, para que as depreciações praticadas estejam em conformidade com os padrões de consumo dos activos. Alterações às vidas úteis são tratadas como uma alteração de estimativa contabilística e são aplicadas prospectivamente.

Os ganhos ou perdas provenientes do abate ou alienação são determinados pela diferença entre os recebimentos das alienações e a quantia escriturada do activo, e são reconhecidos como outros rendimentos e ganhos ou outros gastos e perdas na demonstração dos resultados.

2.3. Imparidade de activos

Os activos que não têm uma vida útil definida não estão sujeitos a amortização, mas são objecto de testes de imparidade anuais. Os activos sujeitos a amortização são testados para determinação de eventuais imparidades sempre que ocorram eventos ou alterações nas circunstâncias, que originem que o valor pelo qual se encontram escriturados possa não ser recuperável. Uma perda por imparidade é determinada pelo excesso da quantia escriturada do activo face ao seu valor recuperável.

recuperável. A quantia recuperável é a mais alta de entre o justo valor de um activo menos os gastos inerentes à sua venda e o seu valor de uso.

O valor de uso dos investimentos financeiros é calculado com base em projecções de fluxos de caixa futuros baseadas em orçamentos financeiros aprovados pelos gestores, cobrindo um período de 5 anos.

Sempre que o valor recuperável determinado é inferior ao valor contabilístico dos activos, a Empresa avalia se a situação de perda assume um carácter permanente e definitivo, e se sim regista a respectiva perda por imparidade na demonstração de resultados. Nos casos em que a perda não é considerada permanente e definitiva, é feita a divulgação das razões que fundamentam essa conclusão.

O Conselho de Administração determina a margem bruta orçada com base na performance passada e nas suas expectativas para o desenvolvimento do mercado. A taxa de crescimento média ponderada utilizada é consistente com as previsões incluídas nos relatórios do sector. As taxas de desconto utilizadas são antes de impostos e reflectem riscos específicos relacionados com os activos da subsidiária, associada ou empreendimento conjunto.

Quando há lugar ao registo ou reversão de imparidade, a amortização e depreciação dos activos são recalculadas prospectivamente de acordo com o valor recuperável.

2.4. Clientes e outras contas a receber

As rubricas de Clientes e Outras contas a receber são reconhecidas inicialmente ao justo valor, deduzido de ajustamentos por imparidade. As perdas por imparidade dos clientes e contas a receber são registadas, sempre que exista evidência objectiva de que os mesmos não são recuperáveis conforme os termos iniciais da transacção. As perdas por imparidade identificadas são registadas na demonstração dos resultados, em "Imparidade de dívidas a receber", sendo subsequentemente revertidas por resultados, caso os indicadores de imparidade diminuam ou desapareçam.

2.5. Caixa e equivalentes a caixa

O montante incluído em "Caixa e equivalentes a caixa" inclui os valores de caixa, depósitos à ordem e a prazo e outras aplicações de tesouraria com vencimento inferior a três meses, e para os quais os riscos de alteração de valor não são significativos. Os valores a descoberto de contas de depósitos bancários estão incluídos em "Financiamentos Obtidos".

2.6. Capital social

As acções ordinárias são classificadas no capital próprio.

A distribuição de dividendos aos detentores do capital é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Empresa no momento em que os dividendos são aprovados pelos accionistas.

2.7. Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre rendimento do período compreende os impostos correntes e os impostos diferidos. O imposto sobre o rendimento apresentado na demonstração dos resultados é determinado com base no resultado líquido contabilístico, ajustado de acordo com a legislação fiscal, considerando para efeitos fiscais a empresa isoladamente.

Reconhece-se, ao nível do balanço e da demonstração dos resultados, a diferença entre os impostos imputáveis ao exercício e aos exercícios anteriores e os impostos já pagos ou a pagar referentes a esses exercícios, desde que seja provável que daí resulte um encargo efectivo ou um proveito recuperável num futuro previsível.

Os impostos diferidos são reconhecidos na globalidade, usando o método do passivo, e calculados sobre diferenças temporárias provenientes da diferença entre a base fiscal de activos e passivos e os seus valores nas demonstrações financeiras. No entanto, se o imposto diferido surge pelo reconhecimento inicial de um activo ou passivo numa transacção que não seja uma concentração empresarial ou que à data da transacção não afecte nem o resultado contabilístico nem o resultado fiscal, este não é contabilizado. Os impostos diferidos são determinados pelas taxas fiscais (e legais) decretadas ou substancialmente decretadas na data do balanço e que se espera que sejam aplicáveis no período de realização do imposto do activo ou de liquidação do imposto diferido passivo.

Os impostos diferidos activos são reconhecidos na medida em que seja provável que os lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para utilização da diferença temporária.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, excepto as relacionadas com: i) o reconhecimento inicial do goodwill; ou ii) o reconhecimento inicial de activos e passivos, que não resultem de uma concentração de actividades, e que à data da transacção não afectem o resultado contabilístico ou fiscal.

São reconhecidos impostos diferidos em diferenças temporárias originadas por investimentos em subsidiárias e associadas, excepto quando a empresa seja capaz de controlar a tempestividade da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não reverte no futuro previsível.

2.8. Benefícios de empregados

A empresa reconhece um passivo e o respectivo custo no exercício sempre que existam bónus atribuíveis a um conjunto alargado de colaboradores. Estes benefícios são baseados em fórmulas que têm em conta o cumprimento de objectivos individuais.

2.9. Provisões

São reconhecidas provisões quando a empresa tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, resultante de um evento passado, e seja provável que desse facto resulte uma saída de recursos e que esse montante possa ser estimado com fiabilidade.

São reconhecidas provisões para cessação de emprego quando exista um plano detalhado (com indicação do nº de empregados, do departamento a que pertencem e da antiguidade e salário médios considerado para efeitos de cálculo da indemnização) e não haja possibilidade realista de retirada.

Quando há um número de obrigações similares, a probabilidade de gerar um exfluxo é determinada em conjunto.

As provisões são mensuradas ao valor presente dos dispêndios estimados para liquidar a obrigação utilizando uma taxa antes de impostos, que reflecte a avaliação de mercado para o período do desconto e para o risco da provisão em causa.

2.10. Subsídios e apoios do Governo

A Empresa Accive Insurance – Corretor de Seguros, SA., reconhece os subsídios do Estado Português, da União Europeia ou organismos semelhantes pelo seu justo valor quando existe uma certeza razoável de que o subsídio será recebido, e não na base do seu recebimento.

Os subsídios ao investimento não reembolsáveis são reconhecidos inicialmente na rubrica de capital próprio "Outras variações de capital", sendo subsequentemente creditados na demonstração dos resultados numa base pro-rata da depreciação dos activos a que estão associados.

Os subsídios à exploração são reconhecidos como rendimentos na demonstração dos resultados no mesmo período em que os gastos associados são incorridos e registados.

Os apoios do Governo sob a forma de atribuição de financiamentos reembolsáveis a taxa bonificada, devem ser descontados na data do reconhecimento inicial, constituindo o valor do desconto o valor do subsídio a amortizar pelo período do financiamento.

M
AW

2.11. Locações

As locações são classificadas como locações operacionais se uma parcela significativa dos riscos e benefícios inerentes à posse for retida pelo locador. Os pagamentos efectuados em locações operacionais (deduzidos de eventuais incentivos recebidos do locador) são reflectidos na demonstração de resultados pelo método das quotas constantes, pelo período da locação.

Locações de activos tangíveis onde a empresa tem substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade são classificadas como locações financeiras. As locações financeiras são capitalizadas no início da locação pelo menor entre o justo valor do activo locado e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação. As obrigações da locação, líquidas de encargos financeiros, são incluídas em Passivos não correntes - Financiamentos obtidos, excepto a respectiva componente de curto prazo. A parcela dos juros é levada a gastos financeiros no período da locação, de forma a produzir uma taxa constante periódica de juros sobre a dívida remanescente em cada período. Os activos tangíveis adquiridos através de locações financeiras são depreciados pelo menor entre o período de vida útil do activo e o prazo da locação.

Os activos tangíveis adquiridos através de locações financeiras são depreciados pelo menor entre o período de vida útil do activo e o período da locação quando a Empresa não tem opção de compra no final do contrato, ou pelo período de vida útil estimado quando a Empresa tem a intenção de adquirir os activos no final do contrato.

Nas locações consideradas operacionais, as rendas a pagar são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados numa base linear, durante o período da locação.

2.12. Gastos e rendimentos

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes réditos e gastos são reconhecidas como activos ou passivos, se qualificarem como tal.

2.13. Rédito

O rédito corresponde ao justo valor do montante recebido ou a receber relativo à venda de produtos e/ ou serviços no decurso normal da actividade da Empresa. O rédito é registado líquido de quaisquer impostos, descontos comerciais e descontos financeiros atribuídos.

Vendas

O Rédito da venda de produtos é reconhecido quando: i) o valor do rédito pode ser estimado com fiabilidade; ii) é provável que benefícios económicos fluam para a Empresa ; e iii) parte significativa dos riscos e benefícios tenham sido transferidos para o comprador.

Prestações de serviços

A prestação de serviços é reconhecida no período contabilístico em que os serviços são prestados, com referência à fase de acabamento da transacção à data do balanço.

Juros

Os juros são reconhecidos tendo em consideração a proporção do tempo decorrido e o rendimento efectivo do activo.

Quando uma conta a receber se encontra em imparidade, a empresa reduz o seu valor contabilístico para o valor recuperável, sendo este igual ao valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados descontados à taxa de juro efectiva original do activo. O desconto é reconhecido como proveito financeiro.

2.14. Alterações de políticas, estimativas e erros

Alterações resultantes da aplicação inicial de uma Norma ou Interpretação são efectuadas de acordo com as disposições transitorias específicas.

CM
WRS

Alterações de políticas contabilísticas na aplicação inicial de uma Norma ou Interpretação que não contenha disposições transitórias específicas, são aplicadas retrospectivamente.

As estimativas são revistas em consequência de nova informação ou maior experiência. O efeito de uma alteração de estimativa contabilística é reconhecido prospectivamente, incluindo-o (a) no Resultado do período da alteração, se a alteração apenas afecta esse período; ou (b) no período da alteração e períodos futuros, se for o caso.

Os erros materiais descobertos em períodos subsequentes são corrigidos retrospectivamente nas primeiras Demonstrações Financeiras após a sua descoberta através de:

(a) reexpressão dos valores comparativos do período anterior apresentado onde ocorreu o erro; ou

(b) reexpressão do saldo de abertura dos activos, passivos e capitais próprios do período mais antigo apresentado, se o erro ocorreu antes do período mais antigo apresentado.

Durante o ano de 2012, foi efetuada a reexpressão das contas de 2011, como a seguir se indica:

	Impacto nas contas correntes dos franchisados		Impacto nas contas correntes das seguradoras		Resultado de 2011	Resultados Transitados	Impacto no Capital Próprio
	Saldo Devedor	Saldo Credor	Saldo Devedor	Saldo Credor			
Diferença de conciliação do sistema de gestão - GIS	86.325,47	125.371,26	149.327,40	145.967,71	-7.780	-27.906,10	-35.686,10
Rendas e Alugueres não estimadas					-3.120		-3.120
Excesso de estimativa de comissões extra					-16.700,00		-16.700,00
					-27.600,00	-27.906,10	-55.506,10
			-35.686,10				
Capital Próprio 2011 - publicado	-126.749,82						
Capital Próprio 2011 - reexpresso	-182.255,92						
Diferença	-55.506,10						

Handwritten signature and initials

3. Fluxos de caixa

3.1 - Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, o detalhe de caixa e equivalentes de caixa apresentam os seguintes valores:

Descrição	2012	2011
Caixa e depósitos bancários		
Activos		
Caixa	13.552,74 €	1.792,04 €
Depósitos á ordem		
Outros depósitos bancários		
Caixa e equivalentes de caixa	13.552,74 €	1.792,04 €

O detalhe do montante considerado como saldo final na rubrica de "Caixa e equivalentes de caixa" para efeitos da elaboração da demonstração de fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 é como segue:

Descrição	2012	2011
Depósitos bancários		
Depósitos á ordem	13.552,74 €	1.792,04 €
Caixa e equivalentes de caixa (activo)	13.552,74 €	1.792,04 €

4. Partes relacionadas

4.1 Remunerações do Pessoal Chave

Os membros do Conselho de Administração são considerados os elementos chave da gestão.

[Redacted area]

As transacções e saldos entre partes relacionadas decorrem de operações comerciais normais.

Saldos

Empresa	Natureza do relacionamento	2012	2011
Activo			
Accive Insurance - Consultoria e Franchising, Lda.	Empréstimo	109.031,01 €	44.790,05 €
Sartorial, SA.	Empréstimo	354.846,43 €	325.000,00 €
Total		463.877,44 €	369.790,05 €

O valor do empréstimo à Accive Franchising é em 2012 apresentado em “Outras contas a Receber”.

Saldos

Empresa	Natureza do relacionamento	2012	2011
Passivo			
Sartorial, SA.	Empréstimo	30.000,00 €	187.000,00 €
Sartorial	Fornecedores	101,99 €	
Total		30.101,99 €	187.000,00 €

Transacções

Transacções			
Empresa	Natureza do relacionamento	2012	2011
Sartorial, SA.	FSE	77,99 €	0,00 €
Sartorial, SA	O. Gastos e Perdas	24,00 €	0,00 €
Total		101,99 €	0,00 €

Os empréstimos concedidos à accionista têm carácter de curto prazo, uma vez que têm prazo de vencimento de 6 meses, sendo automaticamente renováveis excepto se houver renúncia das partes. Os empréstimos obtidos da accionista têm carácter de curto prazo, dado que se destinam a suprir necessidades pontuais de tesouraria.

M
WLS
[Signature]

5. Activos fixos tangíveis

5.1. Divulgações sobre activos fixos tangíveis.

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2012 os movimentos registados em rubricas do activo fixo tangível foram como segue:

Rubricas	31 de Dezembro de 2011					
	Saldo em 01-Jan-11	Aquisições	Alienações	Abates	Outras Operações	Saldo em 31-Dez-11
Custo:						
Terrenos e recursos naturais						
Edifícios e outras construções						
Equipamento básico						4.000,00 €
Equipamento de transporte	4.000,00 €					
Equipamento biológico						26.688,46 €
Equipamento administrativo	26.688,46 €					
Outros activos fixos tangíveis						
Outras imobilizações						
Invsetimentos em curso						
	30.688,46 €					30.688,46 €
Depreciações acumuladas:						
Edifícios e outras construções						
Equipamento básico						2.000,00 €
Equipamento de transporte	1.000,00 €	1.000,00 €				
Equipamento biológico						25.093,17 €
Equipamento administrativo	23.142,79 €	1.950,38 €				
Outros activos fixos tangíveis						
	24.142,79 €	2.950,38 €	0,00 €			27.093,17 €
Valor Líquido	6.545,67 €					3.595,29 €

Rubricas	31 de Dezembro de 2012					
	Saldo em 01-Jan-12	Aquisições	Alienações	Abates	Outras Operações	Saldo em 31-Dez-12
Custo:						
Terrenos e recursos naturais						
Edifícios e outras construções						
Equipamento básico	4.000,00 €					4.000,00 €
Equipamento de transporte						
Equipamento biológico	26.688,46 €					26.688,46 €
Equipamento administrativo						
Outros activos fixos tangíveis						
Outras imobilizações						
Invsetimentos em curso						
	30.688,46 €					30.688,46 €
Depreciações acumuladas:						
Edifícios e outras construções						
Equipamento básico	2.000,00 €	1.000,00 €				1.000,00 €
Equipamento de transporte						
Equipamento biológico	25.093,17 €	1.595,29 €				26.688,46 €
Equipamento administrativo						
Outros activos fixos tangíveis						
	27.093,17 €	2.595,29 €	0,00 €			27.688,46 €
						1.000,00 €
Valor Líquido	3.595,29 €					

5.2. Depreciação, reconhecida nos resultados ou como parte de um custo de outros activos, durante um período.

O gasto com depreciação e amortização de activos fixos tangíveis no período ascendeu a 2.595,29 euros e em 2011 foi de 2.950,28 euros.

5.3. Locação Financeira

A 31 de Dezembro de 2012, não existiam bens utilizados em regime de locação financeira.

6. Participações financeiras – método equivalência patrimonial

(a) Listagem dos investimentos significativos em subsidiárias, entidades conjuntamente controladas e associadas a 31 de Dezembro de 2012;

Empresa	Capital Social	% de Participação	Custo	Valor escriturado	CP	Result. ano
Custo:						
Accive Insurance - Consultoria e Franchising, Lda.	10.000,00 €	100%	65.000,00 €	-23.225,00 €	-89.934,15 €	-57.323,99 €
Accive Insurance - Cabo Verde, SA.*		50%	13.603,59 €			
			78.603,59 €	-23.225,00 €	-89.934,15 €	-57.323,99 €

*Empresa constituída no final de 2007 ainda sem actividade, com capital de 2.500.000\$00 (escudos Cabo Verdianos), mas que nunca chegou a desenvolver a actividade, motivo pelo qual foi constituída uma imparidade pelo valor do investimento em exercícios anteriores.

Subsidiárias:

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, o movimento ocorrido no valor das Participações Financeiras foi o seguinte:

Descrição	Accive Franchising	Accive Cabo Verde	Total
1 de Janeiro de 2011	95.738,34 €	0,00 €	95.738,34 €
Aplicação MEP	-61.639,48 €		-61.639,48 €
31 de Dezembro de 2011	34.098,86 €	0,00 €	34.098,86 €
Aplicação MEP	-57.323,99 €		-57.323,99 €
31 de Dezembro de 2011	-23.225,00 €	0,00 €	-23.225,00 €

Pelo efeito da aplicação do método de equivalência patrimonial foi relevada uma Provisão para Outros Riscos e Encargos no valor de 23.225€, correspondente à diferença entre o valor da participação a 31 de Dezembro de 2011 e o Prejuízo do exercício obtido pela subsidiária.

A informação financeira utilizada para a aplicação do método da equivalência patrimonial corresponde à informação incluída nas demonstrações financeiras de 31 de Dezembro de 2012 e 2011, apresentadas pelas empresas associadas.

A diferença entre os Capitais Próprios negativos da Accive Franchising e o valor da Provisão para Outros Riscos e Encargos corresponde a Goodwill de aquisição da participada.

Não existe qualquer imparidade do goodwill à data do balanço.

(b) descrição do método usado para contabilizar os investimentos listados na alínea (a).

Método da equivalência patrimonial

7. Clientes

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a decomposição da rubrica de Clientes, é como se segue:

Rubrica	2012	2011
Clientes - Corrente		
Clientes c/c	6.365,61 €	1.747,17 €
Clientes - Titulos a Receber		
Clientes - Resp. por Letras Descontadas		
Clientes de cobrança duvidosa		
	6.365,61 €	1.747,17 €
Perdas por imparidade acumuladas	0,00 €	0,00 €
	6.365,61 €	1.747,17 €

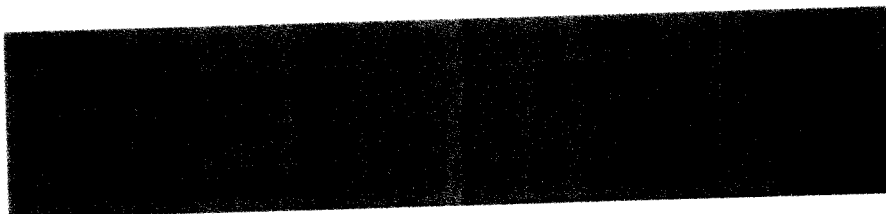
8. Estado e outros entes públicos

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, os saldos são os seguintes:

Rubricas	31-Dez-12		31-Dez-11	
	Activo	Passivo	Activo	Passivo
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC)	6.372,59 €	7.698,86 €	6.589,82 €	1.405,34 €
Pagamento por Conta - Pag. Esp. Por Conta	6.372,59 €		6.372,59 €	
Retenções na fonte		7.698,86 €	2.166,00 €	1.405,34 €
Imposto estimado				
Imposto a pagar				
Imposto a recuperar				
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS)	0,00 €	3.105,55 €	0,00 €	2.711,79 €
Trabalho dependente		1.125,30 €		1.598,11 €
Trabalho independente		1.980,25 €		1.113,68 €
Prediais				
	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Imposto sobre o valor acrescentado		3.162,77 €		3.437,59 €
Contribuições para a segurança social				
	6.372,59 €	13.967,18 €	6.589,82 €	6.149,38 €
Total				

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

Os impostos sobre o rendimento reconhecidos nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 são detalhados como se segue:



O montante dos custos não dedutíveis é essencialmente relativo aos efeitos da aplicação do método de equivalência patrimonial.

O valor de Imposto sobre o Rendimento de 2012 é referente a Tributações Autónomas.

Não foi relevado Imposto Diferido Activo sobre os prejuízos fiscais apurados nos exercícios de 2011 e 2012 dada a incerteza quanto à sua realização.

O montante de prejuízos fiscais disponíveis ascende a 185.210,17 €, os quais podem ser utilizados (limitado a 75% do lucro tributável no exercício da dedução), no valor de 96.082,42€ até ao exercício de 2015 e no valor de 89.127,25 € até ao exercício de 2017.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais da empresa estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante o período de quatro anos (cinco anos para a segurança social) excepto quando (i) tenha havido prejuízos fiscais, (ii) tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou (iii) estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos.

Deste modo as declarações fiscais da Empresa poderão ainda vir a ser sujeitas a revisão e eventuais correcções.

A Administração da Empresa Accive Insurance – Corretor de Seguros, SA, entende que as correcções, resultantes de revisões ou inspecções por parte das autoridades fiscais, aquelas declarações de impostos, não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras apresentadas a 31 de Dezembro de 2012.

9. Accionistas

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a decomposição da rubrica de Accionistas, é como se segue:

Descrição	31-Dez-12	31-Dez-11
Activo Corrente		
Accionistas	354.846,43 €	369.790,05 €
Total do Activo	354.846,43 €	369.790,05 €
Passivos Não Corrente		
Accionistas		
Passivos Corrente		
Accionistas	30.000,00 €	187.000,00 €
Total do Passivo	30.000 €	187.000,00 €
Total Liquido	324.846,43 €	182.790,05 €

V. nota 4.2. acima.

Por deliberação dos accionistas de 31 de Dezembro de 2012 foram utilizados créditos no valor de 375.035,18 euros para cobertura de prejuízos. Em 2011 o valor incluído em Activo Corrente incluía 44.790,05 euros relativo a empréstimo à Accive Franchising.

10. Outras contas a receber

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a decomposição da rubrica de Outras contas a receber, é como segue:

Descrição	31-Dez-12		31-Dez-11 - Reexpresso		31-Dez-11	
	Corrente	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente	Não Corrente
Outras contas a receber						
Devedores por acréscimos de rendimento	62.874,72 €		97.690,36 €		97.690,36 €	
Devedores Franchisados	42.685,45 €		69.281,89 €		63.103,63 €	
Devedores Companhias	53.760,72 €		70.344,18 €		48.771,86 €	
Outros Devedores	148.498,82 €	30.625,42 €	19.961,86 €	48.125,05 €	21.172,80 €	48.125,05 €
Cientes de cobrança duvidosa	5.150,43 €		5.150,43 €		5.150,43 €	
Pessoal	3.928,80 €		5.007,40 €		5.007,40 €	
	316.898,94 €	30.625,42 €	246.244,64 €	48.125,05 €	240.896,48 €	48.125,05 €
Perdas por imparidade acumuladas	-5.150,43 €		-5.150,43 €		-5.150,43 €	
	311.748,51 €	30.625,42 €	241.094,21 €	48.125,05 €	235.746,05 €	48.125,05 €

Conforme referido na Nota 2.14 foi efectuada uma reexpressão para correcção de erros de exercícios anteriores associada a diferenças de conciliação com o sistema de Gestão (GIS) e excesso de estimativa de comissões extra.

O saldo não corrente respeita a um mútuo celebrado em 2011 com um franchisado a liquidar em 4 anos, cujo valor em dívida em 31 de Dezembro de 2012, ascende a 59.791,69 €.

Em 2013 este contrato foi renegociado sendo definidas novas condições de reembolso.

O montante corrente de outros devedores inclui um empréstimo à participada Accive Franchising de 109.031,01 euros.

Ajustamento de clientes

Ajustamentos de Clientes	2012	2011
A 1 de Janeiro	5.150,43 €	
Aumentos		5.150,43 €
Utilizações		
Reduções		
A 31 de Dezembro	5.150,43 €	5.150,43 €

Am
WHS

Para os períodos apresentados não existem diferenças entre os valores contabilísticos e o seu justo valor.

11. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 a Empresa tem registado na rubrica de diferimentos os seguintes saldos:

Descrição	2012	2011
Gastos a reconhecer		
Seguros	497,22 €	318,20 €
Outros gastos a reconhecer		
Total	497,22 €	318,20 €

12. Caixa e Equivalentes de Caixa

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 o detalhe de caixa e equivalentes de caixa era o seguinte:

Descrição	2012	2011
Numerário		
Depósitos bancários	13.552,74 €	1.792,04 €
Aplicações tesourarias		
Caixa e equivalentes de caixa	13.552,74 €	1.792,04 €
Descobertos bancários	0,00 €	-56.720,21 €
Caixa e equivalentes de caixa na demonstração de fluxos de caixa	13.552,74 €	-54.928,17 €

13. Capital

Capital realizado

Em 31 de Dezembro de 2012, todo o capital social, encontrava-se totalmente subscrito e realizado.

No presente exercício não houve qualquer variação no capital social.

O capital social é de 51.000,00 euros, representado por 10.200 acções com o valor nominal de 5,00 euros cada.

14. Outros instrumentos capital próprio

A rubrica "Outros instrumentos de capital próprio" refere-se a prestações suplementares efectuadas pela accionista para as quais não existe prazo de reembolso ou remuneração.

15. Reservas Legais

A Reserva legal não está ainda totalmente constituída nos termos da lei (20% do capital social), pelo que um mínimo de 5% dos resultados é destinado à sua dotação. Esta reserva só pode ser utilizada na cobertura de prejuízos ou no aumento do Capital Social.

16. Resultados Transitados

Descrição	2012	2011 - Reexpresso	2011 - Publicado
Saldo Inicial	-359.617,42 €	-333.773,71 €	-333.773,71 €
Resultado liquido 2010	0,00 €	2.062,39 €	2.062,39 €
Resultado Liquido 2011	-128.291,26 €	0,00 €	0,00 €
Erros de periodos anteriores a 2011 (a)		-27.906,10€	0,00 €
Cobertura de prejuizos transitados (b)	375.035,18 €	0,00 €	0,00 €
Total	-112.873,50 €	-359.617,42 €	-331.711,32 €

Conforme referido no Relatório de Gestão:

- Foi efectuada a conciliação dos saldos das contas-correntes entre o sistema de gestão (GIS) e a Contabilidade tendo sido encontradas discrepâncias, pelo que foi realizada a reexpressão das contas de 2011 e relevada na conta de resultados transitados dado tratarem-se de diferenças anteriores ao ano de 2011.
- Para dar cumprimento ao estipulado no artº 35 do Código das Sociedades Comerciais, foi efectuada a conversão de créditos concedidos pelo accionista da Sociedade no valor de 375.035,18 Euros para cobertura dos resultados transitados.

17. Financiamentos obtidos

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a rubrica Financiamento obtidos, por via de empréstimos apresentava a seguinte decomposição:

Financiamentos Obtidos	31 de Dezembro de 2012			31 de Dezembro de 2011		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Instituições de crédito e sociedades financeiras						
Empréstimos						
Empréstimos	112.088,65 €	119.875,30 €	231.963,95 €	117.005,64 €	219.342,56 €	336.348,30 €
Outros Financiadores						
Conta Caucionada - Dinâmica BCP	76.000,00 €		76.000,00 €	68.000,00 €		68.000,00 €
Zurich	10.204,54 €		10.204,54 €			
Descoberto Bancário						
DO - Finibanco	0,00 €		0,00 €	8.358,89 €		8.358,89 €
DO - BCP	0,00 €		0,00 €	48.361,32 €		48.361,32 €
DO - Montepio Geral						
Total	198.293,19 €	119.875,30 €	318.168,49 €	241.725,45 €	219.342,66 €	461.068,16 €

O Empréstimo não corrente respeita a uma linha de financiamento obtida junto da Axa – Companhia de Seguros em Fevereiro de 2010, com um prazo de 5 anos e uma taxa de juro de 3%.

O saldo com a Zurich respeita a um contrato de confissão de dívida celebrado em Dezembro de 2012 e que será liquidado em 12 prestações mensais com início em Janeiro de 2013. Em simultâneo este valor será reembolsado por um parceiro e o respectivo valor a receber está relevado na rubrica de Outras Contas a Receber - Outros Devedores – Corrente (Ver Nota 10. acima).

Handwritten signature and initials

18. Outras contas a pagar

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 a rubrica "Outras contas a pagar correntes" pode ser detalhada como segue:

Descrição	2012		2011 - Reexpresso		2011	
	Corrente	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente	Não Corrente
Passivo						
Outras contas a pagar						
Credores por acréscimo de gasto						
Remunerações a liquidar	22.722,52 €		26.577,90 €		26.577,90 €	
Outros credores por acréscimo de gasto	26.622,07 €		3.120,00 €		0,00 €	
Comissões franchisados	93.082,74€		74.197,92 €		34.394,15 €	
Credores Companhias	149.709,67€		131.292,90 €		113.362,41 €	
Outros Credores	15.249,71 €		0,00 €		0,00 €	
Perdas por imparidade acumuladas	0,00 €		0,00 €		0,00 €	
	307.386,88		235.188,72 €		174.334,46 €	
Outras contas a pagar						

(a) Conforme referido na Nota 2.14 foi efectuada uma reexpressão para correcção de erros de exercícios anteriores associada a diferenças de conciliação com o sistema de Gestão (GIS) e rendas não estimadas.

19. Fornecedores

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, os saldos de fornecedores mais significativos referem-se às seguintes entidades:

Descrição	2012	2011
Passivos		
Fornecedores - corrente		
Fornecedores Terceiros	798,46 €	0,00 €
Fornecedores Grupo	101,99 €	
Total do Fornecedores c/c	900,45 €	0,00 €

20. Vendas e Prestações de Serviços

O montante de vendas e prestações de serviços reconhecido na demonstração dos resultados, é detalhado como segue:

Réditos	31 de Dezembro de 2012			31 de Dezembro Reexpresso			31 de Dezembro de 2011		
	Mercado Interno	Mercado Externo	Total	Mercado Interno	Mercado Externo	Total	Mercado Interno	Mercado Externo	Total
Vendas de Mercadorias									
Prestações de Serviços	678.649,72€		678.649,7 €	543.157,81€		543.157,81 €	559.857,81 €		559.857,81 €
	678.649,72€		678.649,72€	543.157,81 €		543.157,81€	559.857,81 €		559.857,81 €

A totalidade das prestações de serviços é realizada no mercado nacional.

- (a) Foi efectuada uma reexpressão da rubrica de Prestação de Serviços relativamente a um erro de estimativa de comissões extra a receber, no valor de 16.700 €. (Ver Nota 10. acima)

21. Fornecimentos e Serviços Externos

A rubrica de "Fornecimentos e Serviços Externos" apresentava em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 o seguinte detalhe:

Fornecimentos e Serviços Externos	2012	2011 - Reexpresso	2011
Serviços especializados	507.969,94 €	356.790,54 €	349.010,54 €
Trabalhos especializados	447,72 €	617,66 €	617,66 €
Honorários	313,90 €	15.196,85 €	15.196,85 €
Comissões (a)	501.185,04 €	332.656,18€	324.876,18 €
Conservação e reparação	4.997,54 €	4.342,16 €	4.342,16 €
Serviços bancários	0,00€	3.805,59 €	3.805,59 €
Outros	5.923,62 €	172,1 €	172,10 €
	674,32 €	317,05 €	317,05 €
Materiais			
Livros e Documentação técnica	19,55 €	0,00 €	0,00 €
Material de escritório	654,77 €	317,05 €	317,05 €
	11.574,36 €	6.564,64 €	6.564,64 €
Energia e fluidos			
Electricidade	1.137,77 €	0,00 €	0,00€
Combustíveis	9.985,28 €	6.564,64 €	6.564,64 €
	11.126,61 €	6.096,13 €	6.096,13 €
Deslocações, estada e transportes			
Deslocações e estadas	11.126,61 €	6.096,13 €	6.096,13 €
	32.388,03 €	17.757,67 €	14.637,67 €
Serviços diversos			
Rendas e alugueres (a)	23.724,06 €	12.768,65 €	9.648,65 €
Comunicação	1.495,79 €	3.714,40 €	3.714,40 €
Seguros	2.683,65 €	864,06 €	864,06 €
Contencioso e notariado	108.60€	330,00 €	330,00 €
Limpeza, higiene e conforto	37,96 €	80,56 €	80,56 €
Total	563.733,26 €	387.526,03 €	376.626,03 €

- (a) Foi efectuada uma reexpressão da rubrica de Rendas e Alugueres relativa a rendas não estimadas e relativas ao exercício de 2011 (3.120€) e de correcções relativas a erros de integração do sistema de gestão relativas ao exercício de 2011 (7.780 €)- Ver Nota 18. Acima.

22. Gastos com o pessoal

A rubrica de “Gastos com o Pessoal” apresentava em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 o seguinte detalhe:

Gastos com o Pessoal	2012	2011
Remunerações órgãos sociais	35.978,46 €	61.116,04 €
Remunerações do pessoal	93.964,34 €	108.691,90 €
Encargos sobre remunerações	31.144,36 €	37.355,54 €
Seguros de acidentes no trabalho	1.011,43 €	601,62 €
Outros gastos com pessoal	0,00 €	0,00 €
Total	162.098,59 €	207.765,10 €

O nº médio de funcionários à data de 31 de Dezembro de 2012 é de 9 (2011: 11), os quais incluem 1 administrador remunerado e 1 estagiário igualmente remunerado.

23. Outros rendimentos e ganhos e outros gastos e perdas

A rubrica de “Outros Rendimentos e Ganhos e Outros Gastos e Perdas” apresentava em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 o seguinte detalhe:

Outros Rendimentos e Ganhos	2012	2011
Outros Rendimentos e Ganhos		
Outros rendimentos e ganhos	231,92 €	129,17 €
Total	231,92 €	129,17 €

Outros Gastos e Perdas	2012	2011
Outros Gastos e Perdas		
Impostos	4.487,24 €	5.664,19 €
Outros juros	0,00 €	415,42 €
Outros gastos e perdas	26.856,07 €	49.781,57 €
Total	31.343,31 €	55.861,18 €

A rubrica de Outros gastos e perdas, inclui um excesso de estimativa de comissões a receber das seguradoras de anos anteriores no valor de 20.647,79 €.

24. Gastos e Rendimentos Financeiros

O custo de financiamento líquido em 2012 e 2011 apresenta-se como segue:

Juros e Gastos Similares Suportados	2012	2011
Juros e Gastos Similares Suportados		
Juros de mora	30,58 €	
Outros juros	15.577,64 €	16.072,98 €
Outros gastos similares suportados		
Total	15.608,22 €	16.072,98 €
Custo do financiamento líquido	-15.608,22 €	-16.072,98 €

Os juros respeitam ao empréstimo de longo prazo contraído junto da Axa – Companhia de Seguros.

25. Compromissos

Não existiam compromissos para investimento assumidos à data do balanço do exercício findo em 31 de Dezembro de 2012.

26. Contingências

Garantias bancárias

Em 31 de Dezembro de 2012 a responsabilidade por garantias prestadas, no montante de 16.803 euros, respeita ao ISP.

Passivos contingentes

Em 31 de Dezembro de 2012, a Accive Insurance – Corretor de Seguros, SA., não tinha processos em curso avaliados como passivos contingentes.

27. Informações exigidas por Diplomas

Conforme requerido pela Norma do ISP Legais nº 15/2009-R de 30 de Dezembro de 2010 no seu artigo nº 4, passamos a apresentar Nos seguintes mapas a informação requerida. As alíneas cuja sequência e numeração se encontrem ausentes nesta nota não são aplicáveis à empresa:

1 a) As comissões auferidas das seguradoras são reconhecidas quando se verifica a cobrança dos prémios de seguros, sendo que as comissões extra são consideradas no exercício a que respeitam, quando o seu montante possa ser estimado com fiabilidade;

1 b) A totalidade das remunerações – 678.649,72 euros respeita a comissões.

1 c)

Açoreana Companhia de Seguros, SA	461,03	139.468,88	139.929,91
Allianz Portugal Companhia Seguros, SA	1.886,44	44.309,10	46.195,54
AlG - Chartis		702,50	702,50
April	0	43.509,91	43.509,91
ARAG		172,29	172,29
Axa Companhia de Seguros Vida, SA	6.213,77	0,00	6.213,77
Axa Companhia de Seguros, SA	0,00	57.769,40	57.769,40
Best Doctors, Inc	0,00	128,18	128,18
Companhia de Seguros Vitoria Vida	521,10	0,00	521,10
Fidelidade Mundial Companhia de Seguros, SA	0,00	17.865,03	17.865,03
Generali Companhia de Seguros, SA	0,00	62.983,68	62.983,68
Generali Vida Companhia de Seguros, SA	1.744,88	0,00	1.744,88
Império Bonança Companhia de Seguros, SA	94,75	1.128,41	1.223,16
Liberty Europeia de Seguros	29,60	31.709,72	31.739,32
Lusitânia Companhia de Seguros, SA	0,00	23.063,45	23.063,45
Macif Portugal Companhia de seguros, SA	0,00	6.901,58	6.901,58
Real	482,20	0,00	482,20
Tranquilidade Companhia de Seguros, SA	2,03	38.707,28	38.709,31
Tranquilidade Companhia de Seguros, SA		0,00	0,00
Vitoria Companhia de Seguros, SA	0,00	31.529,51	31.529,51
Zurich Companhia Seguros Vida, SA	2.923,08	0,00	2.923,08
Zurich Insurance Plc - Sucursal em Portugal	0,00	125.681,77	125.681,77

Comissões extra para 2012

38.660,15

Handwritten signature/initials

Açoreana Companhia de Seguros, SA	21,86%
Zurich Insurance Plc - Sucursal em Portugal	20,09%
Generali Companhia de Seguros, SA	10,11%
Axa Companhia de Seguros, SA	10,00%
Allianz Portugal Companhia Seguros, SA	7,22%
April	6,80%
Tranquilidade Companhia de Seguros, SA	6,05%
Vitoria Companhia de Seguros, SA	5,01%

M
AES

1 g) Apresenta-se da seguinte forma:

Por natureza	Saldo contabilístico existente no final do exercício	
	Contas a receber	Contas a pagar
Fundos em cobrança às empresas de seguros, que respeitam a prémios de resseguro já transferidos pelas empresas de resseguro	6.365,61	
Remunerações respeitantes a prémios de (res)seguro já cobrados e por cobrar		
- Sagres	578,31	
- ARAG	23,52	
- Fidelidade	19.826,58	
- Tranquilidade	0,00	
- Victoria	2.636,79	
- Global - Vida	19,31	
- Imperio	1.813,46	
- Lusitania	0,00	
- Real	150,98	
- Real - Vida	977,74	
- Açoreana - Vida	0,00	
- Zurich - Vida	0,00	
- Imperio - Vida	0,00	
- Generali	0,00	
- Generali - Vida	179,41	
- Allianz - Vida	2.012,91	
- Liberty	9.268,83	
- Liberty - Vida	201,04	
- Axa - Vida	16.056,96	
- Vitoria - Vida	0,00	
- Tranquilidade - Vida	14,88	
	53.760,62	0,00
Fundos que lhe foram confiados pelas empresas de (res)seguros com vista a serem transferidos para tomadores de seguro, segurados ou beneficiários (ou empresas de seguros no caso da actividade de mediação de resseguros)	42.685,45	

Ver Nota 10.

Am
VRS

Por natureza	Saldo contabilístico existente no final do exercício	
	Contas a receber	Contas a pagar
Fundos recebidos com vista a serem transferidos para as empresas de (res)seguros para pagamento de prémios de (res)seguro:		
- Axa		63.182,97
- Açoreana		12.989,67
- Allianz		3.465,29
- Tranquilidade		1275,16
- Global		312,16
- Lusitania		13446,29
- Mapfre		37,68
- Zurich		42647,57
- Império		3285,19
- Generali		7.693,39
- Vitoria		253,54
- April		1.120,76
		149.709,67
Fundos em cobrança com vista a serem transferidos para as empresas de (res)seguros para pagamento de prémios de (res)seguro		
Fundos que lhe foram confiados pelas empresas de (res)seguros com vista a serem transferidos para tomadores de seguro, segurados ou beneficiários (ou empresas de seguros no caso da actividade de mediação de resseguros)		93.082,74 €

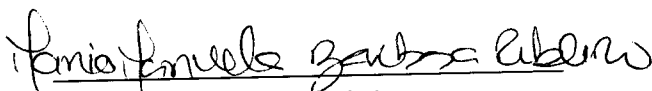
Ver Nota 18.

28. Acontecimentos após a data de balanço

As demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão em 8 de Março de 2013 pela Administração.

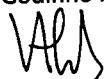
Não foram recebidas informações adicionais que alterem as demonstrações financeiras apresentadas.

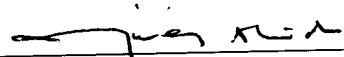
Técnico Oficial de Contas


Maria Manuela Barbosa Ribeiro

O Conselho de Administração


António Manuel Godinho Ribeiro


Vasco Alexandre P. de Magalhães Costa


Ricardo Miguel da Costa Almeida



Certificação Legal das Contas

Introdução

1 Examinámos as demonstrações financeiras da Accive Insurance – Corretor de Seguros, S.A., as quais compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2012 (que evidencia um total de 725.009 euros e um total de capital próprio de 31.259 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 161.520 euros), a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio e a Demonstração de fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2 É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação do Relatório de gestão e de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3 A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4 O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras não contêm distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu: (i) a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação; (ii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iii) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e (iv) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5 O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

6 Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
o'Porto Bessa Leite Complex, Rua António Bessa Leite, 1430 - 5º, 4150-074 Porto, Portugal
Tel +351 225 433 000 Fax +351 225 433 499, www.pwc.com/pt
Matriculada na Conservatória do Registo Comercial sob o NUPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000
Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na Comissão do Mercado de Valores Mobiliários sob o nº 9077

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. pertence à rede de entidades que são membros da PricewaterhouseCoopers International Limited, cada uma das quais é uma entidade legal autónoma e independente.

Opinião

7 Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira da Accive Insurance – Corretor de Seguros, S.A. em 31 de dezembro de 2012, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa do exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Relato sobre outros requisitos legais

8 É também nossa opinião que a informação financeira constante do Relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Ênfases

9 Sem afetar a opinião expressa no parágrafo nº 7 acima, chamamos a atenção para as seguintes situações:

- a nossa Certificação Legal das Contas, emitida em 3 de agosto de 2012, relativamente às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2011, incluía uma reserva por não terem sido incluídos em Fornecimentos e Serviços Externos 10.890 euros relativos a comissões a pagar e rendas, que representavam custos daquele exercício, tendo essa situação sido corrigida na reexpressão das demonstrações financeiras àquela data, em anexo;
- a nossa Certificação Legal das Contas, emitida em 3 de agosto de 2012, relativamente às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2011, incluía uma reserva por terem sido reconhecidos em Outras Contas a Receber rendimentos relativos a comissões a receber, os quais se encontravam excessivos em 16.700 euros, tendo essa situação sido corrigida na reexpressão das demonstrações financeiras àquela data, em anexo.

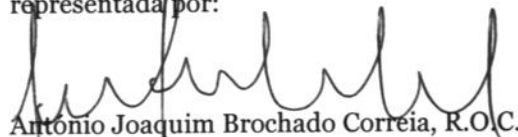
20 de maio de 2013

O Revisor Oficial de Contas Executor



Joaquim Miguel Azevedo Barroso, R.O.C., n.º 1426

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por:



António Joaquim Brochado Correia, R.O.C.



Relatório e Parecer do Fiscal Único

Senhores Acionistas

1 Nos termos da lei e do mandato que nos conferiram, apresentamos o relatório sobre a atividade fiscalizadora desenvolvida e damos parecer sobre o Relatório de gestão e as demonstrações financeiras apresentados pelo Conselho de Administração de Accive Insurance – Corretor de Seguros, S.A. relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

2 No decurso do exercício acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que considerámos adequada, a atividade da Empresa. Verificámos a regularidade da escrituração contabilística e da respetiva documentação bem como a eficácia do sistema de controlo interno, apenas na medida em que os controlos sejam relevantes para o controlo da atividade da Empresa e apresentação das demonstrações financeiras e vigiámos também pela observância da lei e dos estatutos.

3 Como consequência do trabalho de revisão legal efetuado, emitimos a respetiva Certificação Legal das Contas, em anexo.

4 No âmbito das nossas funções verificámos que:

- i) o Balanço, a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio, a Demonstração de fluxos de caixa e o correspondente Anexo, permitem uma adequada compreensão da situação financeira da Empresa, dos seus resultados, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa;
- ii) as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados são adequados;
- iii) o Relatório de gestão é suficientemente esclarecedor da evolução dos negócios e da situação da Empresa, evidenciando os aspetos mais significativos;
- iv) a proposta de aplicação de resultados não contraria as disposições legais e estatutárias aplicáveis.

.....
PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
o'Porto Bessa Leite Complex, Rua António Bessa Leite, 1430 - 5º, 4150-074 Porto, Portugal
Tel +351 225 433 000 Fax +351 225 433 499, www.pwc.com/pt
Matriculada na Conservatória do Registo Comercial sob o NUPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000
Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na Comissão do Mercado de Valores Mobiliários
sob o nº 9077

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. pertence à rede de entidades que são membros da PricewaterhouseCoopers International Limited, cada uma das quais é uma entidade legal autónoma e independente.

5 Nestes termos, tendo em consideração as informações recebidas do Conselho de Administração, e Serviços e as conclusões constantes da Certificação Legal das Contas, somos do parecer que:

- i) seja aprovado o Relatório de gestão;
- ii) sejam aprovadas as demonstrações financeiras;
- iii) seja aprovada a proposta de aplicação de resultados.

6 Finalmente, desejamos expressar o nosso agradecimento ao Conselho de Administração e a todos os colaboradores da Empresa com quem contactámos, pela valiosa colaboração recebida.

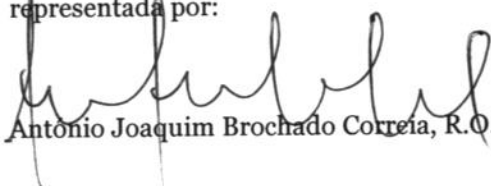
20 de maio de 2013

O Revisor Oficial de Contas Executor



Joaquim Miguel Azevedo Barroso, R.O.C., n.º 1426

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por:



António Joaquim Brochado Correia, R.O.C.